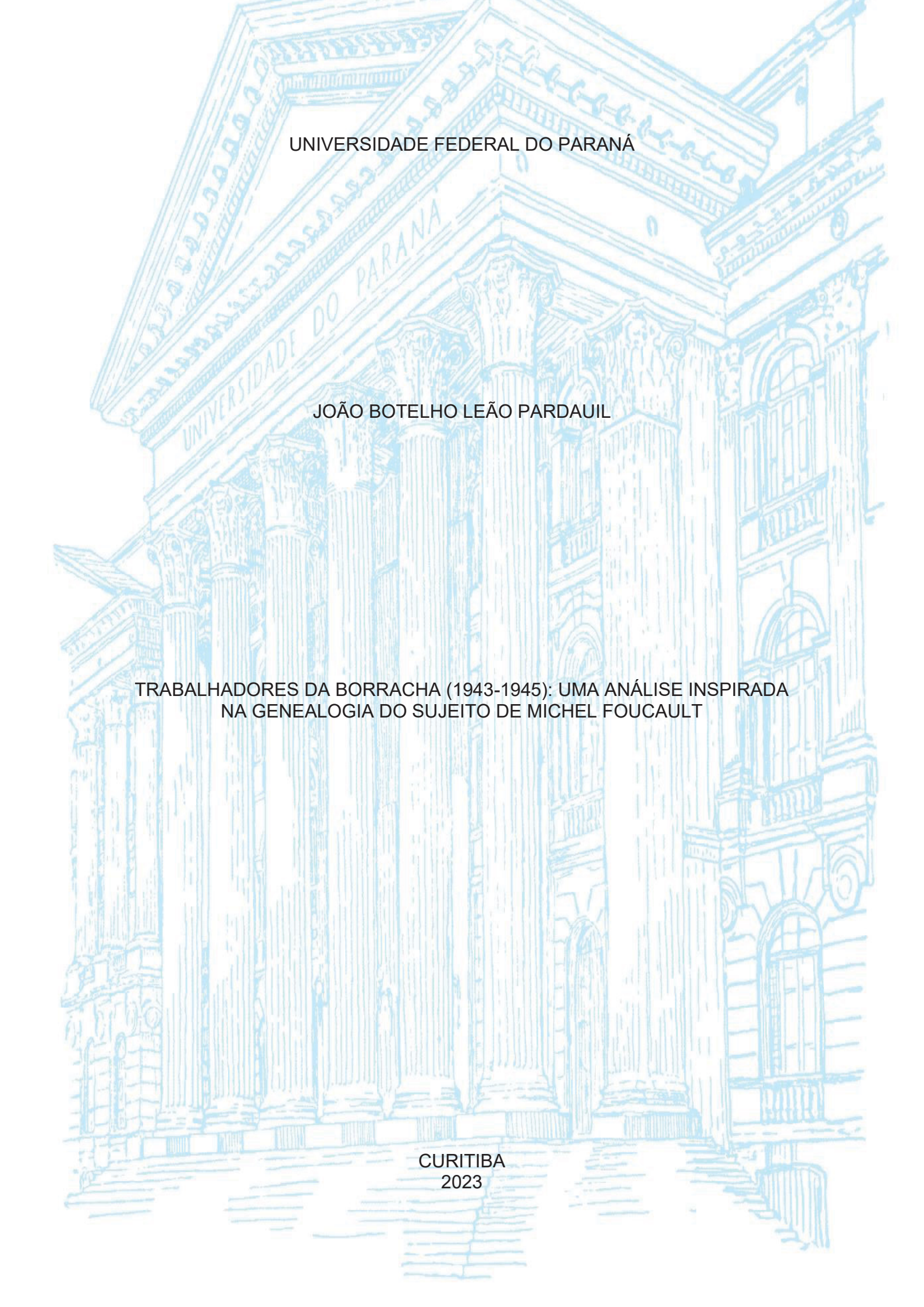


A detailed blue line drawing of the main facade of the University of Paraná building. The drawing shows a grand neoclassical structure with a prominent portico supported by tall, fluted columns. The pediment above the columns is inscribed with the words 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the portico, there are several arched windows and doorways, some with decorative moldings. The drawing is executed in a sketchy, artistic style with fine lines and cross-hatching for shading.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO BOTELHO LEÃO PARDAUIL

TRABALHADORES DA BORRACHA (1943-1945): UMA ANÁLISE INSPIRADA
NA GENEALOGIA DO SUJEITO DE MICHEL FOUCAULT

CURITIBA
2023

João Botelho Leão Pardauil

TRABALHADORES DA BORRACHA (1943-1945): UMA ANÁLISE INSPIRADA
NA GENEALOGIA DO SUJEITO DE MICHEL FOUCAULT

Projeto apresentada ao curso de Pós-Graduação em análise em conjuntura econômica, Setor de ciências sociais aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Análise de conjuntura econômica.

Orientador(a): Professor. Dr. Ivan Salomão

CURITIBA
2023

A Deus, meus pais e também minha família, nos incentivos morais e educacionais, que positivamente me influenciaram para permanecer na busca do conhecimento, como também, na conclusão deste curso.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os trabalhadores da borracha na Amazônia entre 1943 a 1945, com base no pensamento de Michel Foucault. Buscamos compreender como se deu a formação subjetiva desses trabalhadores, cuja função era coletar látex para a industrialização de armamentos e automóveis dos Estados Unidos da América, bem como as relações de poder e as ações das instituições estatais de Vargas na constituição de uma nova identidade dos nordestinos. Para tanto, analisamos discursos políticos, a arte visual como instrumento do capital, e os aspectos sociais da disciplina, punição e controle. O trabalhador nordestino foi moldado pelas forças do Estado e pelos seus discursos, transformados em soldados da borracha para contribuir com a economia dos Estados Unidos e com o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: poder; vigilância, controle, punição; economia de produção.

ABSTRACT

The present work aims to analyze rubber workers in the Amazon between 1943 and 1945, based on the thought of Michel Foucault. We seek to understand how the subjective formation of these workers took place, whose role was to collect latex for the industrialization of weapons and automobiles for the United States of America, as well as the power relations and actions of Vargas' state institutions in the constitution of a new identity for people from the northeastern region of Brazil. To do so, we analyze political discourses, visual art as a tool of capitalism, and the social aspects of discipline, punishment, and control. The northeastern worker was shaped by the forces of the state and its discourses, transformed into rubber soldiers to contribute to the economy of the United States and the development of Brazil.

Keywords: power; surveillance, control, punishment; production economy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de investimento como proporção do PIB (1930-1954)...	244
GRÁFICO 2 - Agropecuária e Indústria Brasileira (1930-1945).....	266

LISTA DE SIGLAS

BCB - Banco de Crédito da Borracha

BEW - Board of Economic Warfare

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

RDC - Rubber Development Corporation

RRC - Rubber Reserve Company

SAVA - Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Homens recrutados para trabalharem na extração de látex.	32
FIGURA 2 - Exercícios Físicos no Pouso do Prado, Fortaleza, 1943.	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A GENEALOGIA DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT.....	13
3. A CONJUNTURA ECONÔMICA DURANTE O ESTADO NOVO VARGUISTA.....	20
4. A BATALHA DA BORRACHA (1943-1945).....	30
5. OS CORPOS DOS CONDENADOS	40
6. CONSIDERAÇÃO FINAIS	45
7. REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação da identidade e as relações de poder no âmbito dos trabalhadores da borracha na Amazônia, dentro de um cenário econômico e político durante o Estado Novo Vargas de 1937 a 1945, a partir da análise do sujeito de Michel Foucault.

A obra de Michel Foucault (1975) tem como ponto de análise compreender os sujeitos, inseridos e produzidos por meio das relações recíprocas de poder, dentro da “normalidade” social reconhecida em lei entre os agentes. Nesse sentido, Foucault analisou os discursos governamentais, as vivências e práticas dos instrumentos punitivos, anterior e durante os séculos XVIII e XIX.

Dentro deste objeto proposto, o presente estudo tem como objetivo analisar as formas e os meios que as forças políticas do Estado interferiram na vida econômica e na produção de uma nova identidade de trabalhadores na região Amazônica, para coletar borracha para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Nossas investigações trataram sobre as técnicas de controle, de vigilância, punição e disciplina que o Estado Vargas adotou para a formação e controle desses novos “soldados”. Assim, pois, analisamos as narrativas usadas para disciplinar os trabalhadores, com o objetivo de obedecerem a ordem e cumprirem o trabalho. Nessa relação conflituosa entre os trabalhadores e as instituições disciplinadoras, encontramos formas de resistências e estratégias de subjetivação da mão-de-obra em detrimento das ordens do governo Norte Americano.

Michel Foucault (1975) comentou o uso da punição e da disciplina, com relação aos séculos XVIII e XIX, quando a tortura e a disciplina punitiva eram dirigidas e tocadas aos corpos, em detrimento de uma linguagem instrumental expressiva do poder. Durante o século XVIII e XIX, nas fábricas, os trabalhadores lavavam suas mãos e rezavam para agradecer o trabalho que ocupavam. A igreja tinha um papel de suma importância para organizar o trabalhador para o labor. Ela, como instituição religiosa de poder, ligava o trabalho dos homens ao divino, e se utilizava das oratórias bíblicas para punir o trabalhador preguiçoso.

A presente pesquisa contribuirá no campo acadêmico para a melhor compreensão das relações entre o Estado, sujeito, trabalho e produção,

oferecendo bases para uma reflexão crítica sobre as condições de vida do trabalhador da borracha durante a Segunda Guerra. Durante o Estado Novo (1937-1945), Vargas lançou mão de alguns programas voltados para a exploração, produção e exportação de borracha da Amazônia, com o objetivo de eliminar a escassez de demanda da matéria prima para os estadunidenses, que dependiam da borracha natural para as suas indústrias de armamentos e de automóveis.

O Estado Novo Varguista, de regime autoritário, influenciou o modo de lidar com a economia do país, através de uma maior participação e controle por meios de políticas específicas e da criação de empresas estatais em setores estratégicos. Desse modo, o objetivo era criar empresas estatais nacionais, que pudessem valorizar a produção de infraestrutura interna, com a criação da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e de instituições financeiras, como o Banco do Brasil, este último, aliás, com o intuito de fornecer crédito para os projetos de desenvolvimento e agrícola.

Com a necessidade de pessoas para o trabalho nas selvas Amazônicas, o governo, por intermédio do acordo de Washington entre Vargas e Roosevelt em 1942, realizou diversos recrutamentos a partir de 1943 de homens para o devido trabalho, sendo em grande parte deles da região do Nordeste. O recrutamento foi feito pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), com o propósito de realocar esses trabalhadores para os seringais.

A logística de movimentação desses trabalhadores envolveu diversos órgãos competentes do Estado para formar um verdadeiro exército. Mas também, é interessante ressaltar que, de vez em quando, os alistamentos foram forçados, pois tiravam o jovem de dentro de sua casa e levavam para os campos de treinamentos. Duas opções eram dadas: trabalhar na Amazônia ou se dirigir para lutar na Itália.

Para Lima (2019), esses trabalhadores tiveram seus corpos treinados idênticos aos dos militares do exército brasileiro que foram para a Itália. Entre os trabalhadores da borracha, os nordestinos tinham biótipos semelhantes: estatura baixa, com baixo peso, pele de cor amarelada e pernas tortas. Passaram por um intenso treinamento militar, confinados em um campo espaçoso, chamado de “pousos”, onde foram disciplinados a obedecer às ordens e seguir o cronograma

das atividades do processo de produção. Assim, enclausurados para promoção da disciplina e de sua punição, foram manipulados para o trabalho com as expectativas do enriquecimento, pensando que voltariam para casa ricos e prósperos.

Além das atuações nacionalizantes da economia brasileira, durante o Estado Novo, vale ressaltar especificamente a questão da inflação, que assolou o mercado nacional e prejudicou as famílias com a diminuição do poder de compra. Várias reuniões e debates foram feitas com as universidades brasileiras e o Estado sob Vargas para debater a resolução da inflação do país e dos instrumentos que usariam para resolver o problema.

2. A GENEALOGIA DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT

Durante o século XVII o soldado era visto como aquele que transmitia valentia, em razão dos sinais de luta e símbolos que enalteciam sua figura como guerreiro. A figura do militar era alguém que apresentava coragem, sendo destemido e temido. Alguém que tinha objetivos de conquistas e o alcance do poder.

Segundo Foucault (1975), o soldado do século XVIII transforma-se em operário, isto é, torna-se trabalhador de fábricas, com novas adaptações aos instrumentos de trabalho, acompanhando o relógio ao regime produtivo e retilíneo. Adota comportamentos adaptáveis a um novo método de movimento corporal, consumindo novos hábitos, deixando de lado a fisionomia do camponês para uma aparência de artífice.

Existiu no período clássico a percepção de que o corpo era objeto de poder e desejo, mas, a partir do século XVIII, o corpo modela-se, pode ser treinado, realiza o que é pedido e pode ser submetido ao controle. O corpo relaciona-se com os poderes, é passível de manipulação, adaptado às limitações, proibições, e também disciplinado a cumprir obrigações.

Para Foucault (1975), a disciplina foi praticada em alguns espaços: nos conventos, no quartel, nas escolas e nas oficinas. O trabalho sofreu determinações pelas políticas de coerção, através do controle calculado de seus movimentos, de suas adaptações e de seus comportamentos. A disciplina incorpora os fins econômicos, por intermédio das obediências dos discursos disciplinadores.

De acordo com Michel Foucault (1978), as relações entre o poder clássico e o século XVIII se diferenciou por causa da inclusão das novas tecnologias e da disciplina, que legitimaram novas formas de direitos, novas relações sociais, novos métodos punitivos, que não mais se aplicavam a necessidade de tocar o corpo e, sim, se fundamentavam no código legal e na constituição das subjetividades.

A disciplina usa técnicas que se julgam essenciais para o exercício do controle dos sujeitos. Essas técnicas são refinadas, muitas vezes íntimas, de investimento político, de relações singulares do poder, de astúcias enquadradas ao movimento, que permeia todo o corpo social, de aparência inocente, de

relações adquiridas por uma ordem suprema. A disciplina no campo da religião, por exemplo, moldura o crente a perceber que o trabalho é divino e benevolente, doutrinando os corpos a se flagelarem ao suplício do trabalho.

A domesticação dos corpos para a produção industrial, a partir do século XVIII, modelou os indivíduos para novos espaços, nos espaços da fábrica, em setores para cada especificidade utilitária. O espaço disciplinar da fábrica facilitou as comunicações úteis, reconhecendo a necessidade de vigiar o comportamento dos trabalhadores, mas o chefe, enaltece o trabalhador, sanciona-o, determina suas qualidades e conquistas.

Segundo Michel Foucault (1975), as distribuições da vigilância se dão primeiro pelos meios econômicos, depois, os cuidados com os indivíduos, seja na necessidade de atendimento médico, seja das distribuições de medicamentos.

O interesse de individualizar o espaço do trabalhador é docilmente estabelecido, com objetivo de melhorar o desempenho produtivo. Dentro do método da disciplina, os corpos se individualizam, deparam-se com posições específicas, organizam-se em fileiras e, a partir destes, o corpo muda para um novo sujeito, numa outra roupagem de representatividade social singular.

De acordo com Michel Foucault (1975), a disciplina nas escolas, principalmente na segunda metade do século XVIII, colocavam os estudantes em posições que emergiam no processo do alinhamento, em direção ao mestre, aquele que detém o conhecimento. Essa analogia da distribuição, transforma o espaço e aloca as hierarquias, mas as transformações se dão por intermédio das vicissitudes sociais no que diz respeito as competições, méritos e posições.

A partir do século XIX, a instituição escolar também utilizou novas tecnologias, fazendo jus à ideia da utilidade e tendo a técnica um elemento principal para as novas transformações do espaço econômico. Trazemos a imagem do século XVIII e XIX, pois, ao refletirmos sobre determinadas técnicas de poder e de seu alinhamento com o saber, expomos o traço comum dessa relação em que as singularidades do sujeito são reduzidas.

Outra técnica de manipulação do controle é o acompanhamento do horário, o tempo que passa por uma linha de progressões, com limites e movimentos dos corpos alinhados. Sobre esse tema, Foucault (1975) menciona as pressões que o empregado passaria dentro da fábrica e das atividades as

quais estariam submetidos, bem como sobre os comportamentos necessários a serem adotados. Os trabalhadores de fábrica são disciplinados para o labor, e qualquer infração da atividade produtiva, isola-o de qualquer liberdade descontrolada das suas capacidades utilitaristas. Não podem dispor de uma outra identidade, a não ser aquela dos padrões da atmosfera produtiva. E é dentro desse viés de pensamento, que as normas e regulamentos das fábricas do século XVIII implantaram nos seus regimentos internos. Documentos que regulamentavam os movimentos dos corpos no ambiente de trabalho e das consequências do não cumprimento:

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias ou comédias. Não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações durante as refeições, que possam distrair os operários de seu trabalho; é expressamente proibido a qualquer operário, e sob qualquer pretexto que seja, introduzir vinho na fábrica e beber nas oficinas¹.

Sobre os comportamentos dos militares, no percurso do século XVIII e XIX, o alinhamento é de extrema importância, tanto no que tange aos passos, quanto no alinhamento. O corpo deve agir de acordo com as solicitações das ordens exteriores, e cada gesto é moldado ao processo da padronização, ao passo que as correções são realizadas com punições em resposta ao movimento corporal incorreto.

Segundo Michel Foucault (1984), um corpo disciplinado, inserido nas relações da representatividade da sexualidade, está diretamente moldada para a magnitude da eficiência, e para que a disciplina se mantenha inalterada, o corpo deve manter-se ligado com o objeto que o controla.

Vale ressaltar que todo âmbito de organização estrutural social está voltado para manutenção de algumas ordens, sejam elas hierarquizadas em classes sociais ou apenas na manutenção da velha estrutura funcional. As normas específicas de cada manutenção das organizações sociais, possuem em seu interior, seu grau de aprendizado, seja por um mestre ou por leis que a mantém ligada na velha estrutura. Mas ao longo do tempo, ela vai se alterando para novas posições, sejam ela: escolas, espaços de trabalho, hospitais, leis e quartéis.

1. Regulamento para a fábrica de M.S. Oppenheim, art. 16.

Michel Foucault (1978) comentou também sobre as relações entre liberalismo e liberdades, do acompanhamento do controle e de intervenção. Refletir a ideia de liberdade individual dentro do viés do funcionamento da economia, para o qual o liberalismo tende a apresentar mais subjetividade na atuação do controle, obtendo representações externas que fazem o sujeito a realizar os afazeres ou de puni-lo sem a necessidade de toca-lo, foi um dos objetos de estudo de Foucault.

Um exemplo sobre essa relação, foi o ocorrido histórico da quebra da bolsa de valores de Nova York em 1930, que prejudicou a população com o aumento do desemprego e diminuição da produção pelo viés da oferta. As liberdades sofreram com essa crise econômica, e novas alternativas surgiram com a atuação do Estado, na criação de novos postos de trabalho na economia dos Estados Unidos. É o caso do *Welfare State*, implantada por Roosevelt, a partir de 1933, onde a produção da economia sofreu intervenção direta do governo, com a intenção de contribuir com a criação de novas atividades produtivas, de garantir as “liberdades” em todas as estâncias sociais.

Os exercícios metodológicos se unem de forma prática para formar o corpo subjugado, predestinado a seguir as normas, conforme a orientação de (FOUCAULT, 1975, p. 156) no qual, se retrata a questão pedagógica para a formalização do saber do ofício:

Esse é o tempo disciplinar quando se retrata a respeito da organização da gênese, no qual, se impõe pouco a pouco à prática pedagógica especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo do adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem se desenrolar cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldades crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas series. O tempo é “iniciático” da formação tradicional (tempo global, controlado só pelo mestre, sancionado só por uma única prova) foi substituído pelo tempo disciplinar com suas séries múltiplas e progressivas. Forma-se uma pedagogia analítica, muito minuciosa, hierarquiza no maior número possível de graus cada fase do progresso.

Os soldados do século XVIII estavam preocupados com as suas funções internas, nos exercícios de treinamentos e nas batalhas. Formas de ataque eram discutidos, movimentos de defesas, formações e operações com armas, mas sempre pensavam nos movimentos coletivos para alcançar a vitória.

Os movimentos dos exercícios estavam ligados ao fato de que o próprio alinhamento era inevitável, para que fluísse planejamentos eficazes. Esses movimentos ficavam à mercê do controle dos seus superiores, macro manipulação dos interesses econômicos.

Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem que atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente: corpo singular, séries cronológicas, clareza e combinação nas decisões das foças. (FOUCAULT, 1975, P. 161).

O soldado não é mais visto como uma grande engrenagem de massa e coletivizada a partir do século XVIII, mas é também reconhecido como algo singular, individual, e se movimenta dentro da linha de montagem e segundo os meios de regularidade. O intervalo de tempo da sua ausência, são deslocamentos negativos, falta da engrenagem, sem sua atuação, o elo se fragmenta ou se desfaz.

Um fato recuperado a partir desse exemplo, é a combinação da estrutura militar de Napoleão, que fez referências aos clássicos. Na sua ideia de movimento, das táticas de guerra, serviram para recuperar as vitórias no campo de batalha. Os soldados e o Estado influenciaram homens de leis, como também, homens de alta patentes do exército de Napoleão. O objetivo era reconstruir e formar um corpo de massa igualitária, com a pedagogia da disciplina, para o total controle dos sujeitos.

Para Michel Foucault (1975), os exercícios militares formam uma nova identidade, separa o movimento do grupo para o movimento do indivíduo. A coletividade é importante, mas cada indivíduo passa a ter importância, com a intenção de alcançar os objetivos em comum. E que, na maioria das forças que são utilizadas para a disciplina do indivíduo, não há necessidade de qualquer explicação de justificação.

Em determinados momentos, qualquer meio de uso das forças, não advém do poder superior, de cima para baixo, tradicionalmente, mas é aquela que se encontra dentro das relações das singularidades (micropoder). Forças e expressões de subordinação ou de atuação, no qual estão subjetivamente atreladas aos movimentos comuns com os gestos econômicos.

Na formação das etapas da disciplina militar como formativa do corpo, faz necessidade mencionar os quatros tipos de individualidade, ou seja, uma individualidade dotada de quatro características mencionadas que o controlam

A primeira parte das características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”. (FOUCAULT, 1975, P. 164).

Durante o século XVIII, os Estados almejavam um exército forte, que pudesse garantir o equilíbrio da produção e da paz. Assim, como foi na antiguidade grega e romana, foram criadas estratégias políticas que pudessem auxiliar no bom funcionamento do militarismo e na produção de uma economia eficaz.

Desse modo, para Michel Foucault (1975) o adestramento do sujeito faz parte de um dos princípios do controle, que é “sensível” no tratamento, mas o corpo se apropria da ideia. O adestramento tem alguns sinônimos: amestrar, treinar, educar, explicar, formar, instruir e lecionar, mas também inseri o indivíduo ao processo do sistema do trabalho, treina-lo a par de um objetivo único, fazendo parte da mesma aplicabilidade da subjetividade liberal.

O adestramento se coloca dentro de uma complexa ideia de atos contra o corpo e a favor da benevolência do sujeito, como é o caso de trabalhadores divididos por setores de trabalho. Para uma melhor eficiência produtiva, os trabalhadores são separados em setores, com práticas de repetições, que ao longo do tempo, vão apresentar condições físicas precárias

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utiliza-las como um todo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. (FOUCAULT, 1975, p. 167).

Vale lembrar que o poder da disciplina pode estar “sempre” acompanhado pelo vigia, com a função de verificar se as atividades estão de acordo. Aquele de detém o poder de líder, que acompanha a coletividade e a

individualidade, para o qual o exercício foi promovido, e para aqueles que não se submeterem a normalidade, as consequências desastrosas aparecerão.

O status do chefe dentro da hierarquia possui a função de vigiar, de edificar o adestramento feito. Vigiar é estar com os olhos fincados nas ações adestradas. Essa dita superioridade de posições sociais, articula a ideia da não igualdade, subjetivando sua conduta à conformidade jurídica. Essas hierarquias estão inseridas e atuantes nos espaços de acampamentos militares, dentro dos espaços formativos de adestramento das escolas, dentro das instituições de produções econômicas e até mesmo, nas famílias.

Para Michel Foucault (1975), a partir do século XVIII, as portas começam a se abrir, os muros começam a ficar mais baixo, o tempo de trabalho mais cheio e menos vazio, a claridade começa a adentrar ao ressoito. O hospital deixa de ser simplesmente aquele espaço que deposita o corpo para o suplício da morte, mas agora, é aquele que trata, que reconcilia nas novas formas de recuperação do sujeito, onde se torna mais útil para a continuidade adestrada.

3. A CONJUNTURA ECONÔMICA DURANTE O ESTADO NOVO VARGUISTA

Durante o Estado Novo, Vargas assumiu total controle de praticar a intervenção do Estado na economia. Assume o papel de promover a industrialização do país com a diminuição das importações e com desenvolvimento nacionalista. Promove a valorização da produção nacional e a menor dependência de produtos estrangeiros.

Foi nesses anos que Vargas criou as empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica de Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce. Por outro lado, o país convivia com o terror da corrosão do salário em razão da onda inflacionária em crescimento durante o seu governo. Em resposta, Vargas se preocupou em controlar o aumento dos preços nos produtos básicos de produção, principalmente na alimentação e nos combustíveis, com a intenção de articular políticas para não diminuir o poder de compra da população e não deixar a economia brasileira em recessão.

Para Corsi (1991) melhorar as comunicações e as relações de trabalho, Vargas implantou uma série de leis do trabalho, conhecidas como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que tinham como principal objetivo regulamentar os direitos dos trabalhadores, melhorar as condições de trabalho e facilitar as relações entre empresários com a mão-de-obra operária.

Os bancos públicos também tiveram importância quando o objetivo era investir em infraestrutura. Vargas implantou uma política de facilitação de crédito para financiar a industrialização e a infraestrutura nacional. No seu governo, abriu espaços para o aumento da linha de crédito por meio de bancos do Estado, com o intuito de criar mais estradas e desenvolver o setor energético, favorecendo o crescimento econômico nacional.

A taxa de câmbio desvalorizada no Estado Novo, teve importância em promover as exportações brasileiras, graças a política de substituição de importações e ao manter as reservas internacionais sempre superavitárias.

Segundo Corsi (2012), o alinhamento realizado em 1942 com os EUA, favoreceu economicamente o Brasil no âmbito das exportações, com fornecimento de matérias primas, investimento direto, assistência técnica, etc.

Para Corsi (2012), essa estratégia contribuiu para um salto positivo na balança comercial, em razão também da negociação chamada Missão Osvaldo Aranha.

Vargas se preocupou em alinhar suas relações políticas junto aos trabalhadores, demonstrando simpatia com os mesmos, com a intenção de transparecer cuidado com a classe trabalhadora. “Pensava que o operariado seria sua base de apoio social e os resultados de suas ações políticas no mundo do trabalho, fariam de seu governo a ser considerado o “pai dos pobres”.

De acordo com Corsi (2012), alguns dos instrumentos de intervenção utilizados poderiam ser citados como forma de manipular a classe trabalhadora, como a Consolidação das Leis do Trabalho, a fixação dos preços dos aluguéis por tempo indeterminado e o aumento do salário mínimo em 30% em 1943, contribuindo para a sua imagem de “populista”. É a partir de 1943 que Vargas movimentou a massa de trabalhadores e submeteu os sindicatos ao Ministério do Trabalho, inserindo-os numa estrutura burocrática e corporativa.

Apesar desses meios de instrumentalização dos trabalhadores e das grandes massas, os próprios trabalhadores ainda não estavam contentes com as atitudes do presidente. E ainda mais com a situação da inflação que desvalorizava os salários, estimulando uma onda de greves pelo país.

Diante do crescimento das insatisfações com a situação da economia brasileira que se encaminhava, surgiram diversos movimentos de greves pelo Brasil e de avanço de movimentos comunistas. Alguns trabalhadores de esquerda solicitaram ao presidente a lei da Anistia para as liberdades dos partidos e dos políticos presos. A classe trabalhadora tentou aos poucos buscar mais autonomia nas suas decisões, com o objetivo de elevar a importância da classe e de suas decisões para melhores negociações com os empresários.

De acordo com a análise de Corsi (2012), o problema crucial para a economia brasileira era a questão da inflação. Mas, diante da censura Vargasista no Estado Novo, a conjuntura econômica e a situação do andamento da economia brasileira, pouco aparecia nas mídias de comunicação. Ou seja, o assunto sobre a inflação não era discutido no debate público, mas era evidenciado no cotidiano da sociedade, no seu movimento diário, quando se deparava com o mercado de compra e venda dos bens finais. As famílias ficaram desmotivadas, principalmente quando gastavam uma parte significativa de seu orçamento na compra de alimentos e combustíveis.

De acordo com Corsi (2012), a partir de 1945, a atmosfera autoritária do governo Vargas começou a se enfraquecer, pois o governo tentava tomar decisões que atendiam as negociações com os grevistas e a promove uma leve abertura democrática. Foi neste momento que cresceram algumas tendências de partidos de oposição contra as intervenções do Estado de Vargas na economia, a começar pelos partidos liberais, para quem o Estado não deveria se intrometer na vida econômica do país. A intenção dos liberais era de abrir o Brasil para o mercado estrangeiro e diminuir os impostos de proteção das indústrias nacionais, diminuir os gastos públicos, manter o equilíbrio dos preços e a oferta de moeda mais restrita.

Segundo Corsi (2012), foram realizados diversos debates e planejamentos sobre o andamento da economia brasileira. Como no caso do I Congresso Brasileiro de Economia em 1943, e do I Congresso das Indústrias em 1944. Essas reuniões tiveram como objetivo alinhar diversos assuntos e discursões a respeito dos instrumentos econômicos que pudessem levar o país para um melhor desenvolvimento e, ao mesmo tempo, controlar a inflação que a cada ano apresentava crescimento.

O congresso de economia realizado em 1943 foi movimentado pela iniciativa de uma classe dominante na área da indústria, onde os assuntos internos seriam o de desenrolar as amarras prejudiciais do setor e a respeito das articulações que pudessem desenvolver o país com base na industrialização nacional. Buscava-se transformar o setor no principal motor da engrenagem de produção e elevar o Brasil para uma economia com representatividade mais forte no cenário mundial.

Durante os debates, os referidos assuntos discutidos nos congressos eram diversos, mas o problema da inflação era crucial, e questionavam quais seriam os instrumentos para resolver o problema que assolava o país. Um dos instrumentos de política monetária seria o de enxugar o excesso monetário em circulação, com o intuito de reduzir o nível elevado dos preços e dos custos.

Segundo Corsi (2012), o crescimento deveria ocorrer dentro da estabilidade monetária no país. Durante os apontamentos realizados no congresso, um dos debatedores defendeu a posição dos elevados níveis de crédito, em que defendia que a velocidade da oferta monetária estava

prejudicando a economia com os aumentos dos preços e dos elevados níveis de custos. Nesse sentido, Gudin discursou:

Se deve combater, por meio do banco central, a inflação ou deflação, tendo em vista a evolução econômica do país. As restrições ao crédito devem atingir especialmente os setores econômicos inflacionados ou especulativos. Hoje todos os setores estão inflacionados, uns mais outros menos. (I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 1944: v. 2: 458).

Para Corsi (2000), o crescimento econômico do país com base no processo industrial seria o principal meio para resolver as dificuldades de pobreza do Brasil e de sua classe trabalhadora. Os níveis de investimentos realocados nas indústrias nacionais vieram principalmente dos capitais dos Estados Unidos, que a partir de 1945 os números só aumentaram. A intenção do presidente Vargas, também era dar importância para o setor da agricultura e da agropecuária, por intermédio de linhas de créditos bancários.

Para os liberais, a intervenção do Estado e a proteção da produção nacional poderiam prejudicar o funcionamento da economia de mercado do Brasil.

Os políticos e empresários liberais estavam cada vez mais interessados em desenvolver o país por meio dos mecanismos da “mão invisível” de Adam Smith, deixando de lado a máquina pública produtiva, transformando-a em elos privados e livres.

Nos congressos, os liberais discutiam as importantes etapas que pudessem ser realizadas durante a transição do regime autoritário para uma base mais democrática, tanto no âmbito político quanto no econômico. Dentro das organizações por cadeiras nos congressos, de um lado, a ala conservadora defendia uma economia liberal, aberta e sem autoritarismo. De outro lado, estavam os aliados e os representantes do governo, que davam importância a permanência do presidente e de uma economia mais estatizante.

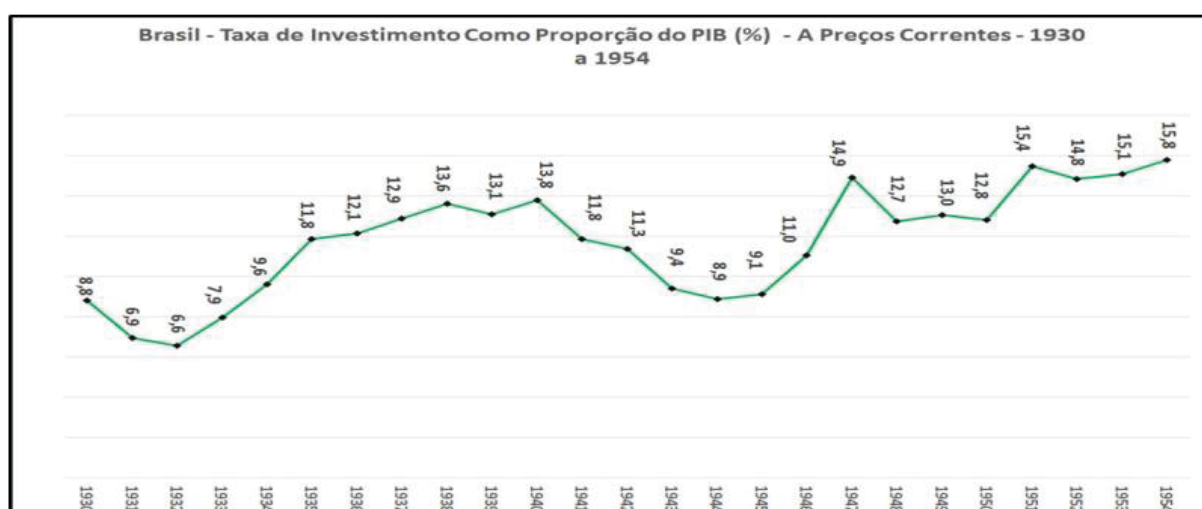
Havia setores que eram aliados do presidente Vargas e que tinham como proposta o alinhamento com o regime democrático, porém, da seguinte forma: uma economia que tivesse como base a produção das indústrias nacionais, com um robusto um mercado interno. Vargas, por sua vez, tinha interesse de manter uma boa relação com a classe trabalhadora e com a elite agrária e industrial, procurando manter um equilíbrio nos distintos setores da sociedade.

De acordo com a análise de Corsi (2012), em 1943 a economia brasileira apresentava bons resultados nos quesitos produtivos e de demanda, até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, mas seria necessário gerar articulações e instrumentações técnicas para conter o fantasma inflacionário, resultante também das influências da guerra que assolavam o mundo nesses anos últimos. O Brasil em 1943 teve um crescimento de 8,5%, 1944 de 7,6% e em 1945 de 3,2%, tendo a indústria como principal carro chefe de um bom desempenho. Os valores positivos das negociações comerciais resultaram em uma média anual de 282,7 milhões de dólares entre 1943 a 1945.

Entre esses últimos anos citados, houve os apontamentos sobre a inflação com os economistas sobre a possibilidade de resolver o problema sem interferir negativamente na vida dos trabalhadores. Os analistas verificavam que havia déficits públicos, balança comercial favorável e emissão de moeda para exportação. Isso resultaria, porém, no excessivo aumento dos preços com uma situação na qual a economia apresentaria o pleno emprego dos fatores de produção.

Vargas implantou o desenvolvimento econômico olhando para a produção industrial brasileira. Idealizou uma economia estatizante, buscando obter uma economia que aproveitasse todo o potencial nacional. Seus discursos políticos eram para enaltecer a economia de seu governo e dos investimentos que eram proporcionados para seu parque de crescimento industrial. Na Tabela 2, pode-se identificar o nível de investimento como proporção do PIB nos anos de 1930 a 1954.

GRÁFICO 1- TAXA DE INVESTIMENTO COMO PROPORÇÃO DO PIB (1930-1954)



Fonte: IPEADATA

Para Corsi (2012), Vargas durante o Estado Novo teve que utilizar os projetos de centralização, de fornecimento a terceiros para construção de obras públicas, e de instrumentos como equipamentos sem pertencimento ao Estado. Vale ressaltar que a política restritiva de liquidez estatal, e dos excessivos gastos com obras, tinha como objetivo único a redução dos preços da economia, como forma de criar uma poupança para futuros investimentos com o fim da guerra.

As oscilações do câmbio para sua desvalorização, era para manter o desenvolvimento econômico brasileiro através das exportações, com resultados superavitários na balança de pagamento, contribuindo, assim, para aumentar as reservas internacionais em dólares. Não havia preocupação da classe econômica em valorizar a moeda nacional para conter a inflação. Isso, todavia, teria pouco efeito, porque o governo tinha mais interesse nas exportações do que na necessidade de importar produtos.

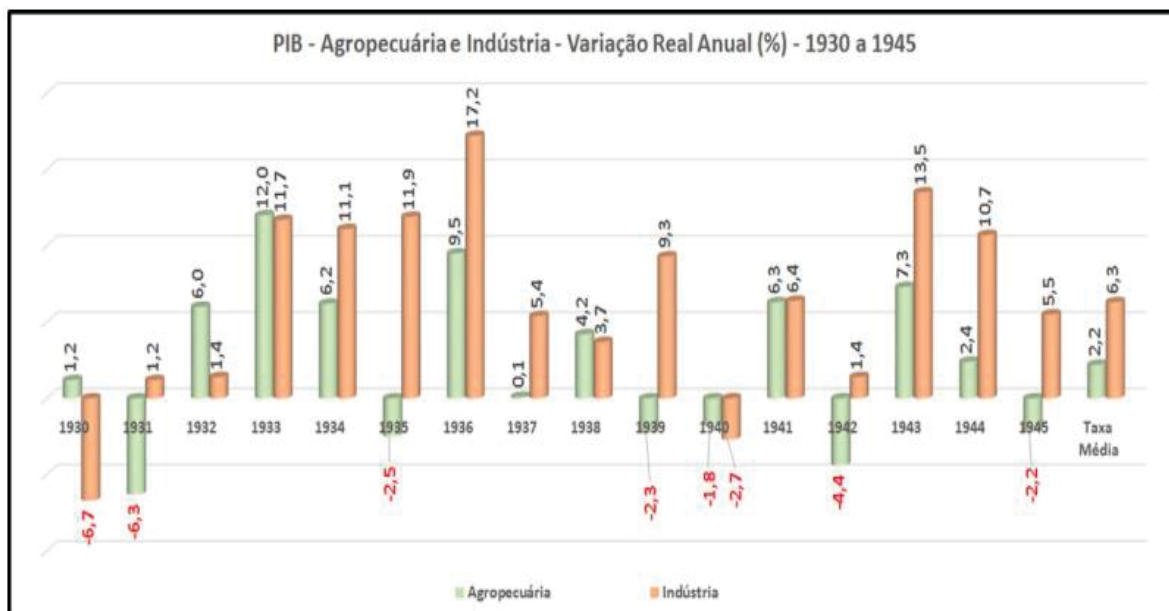
De acordo com Bastos (2006), Vargas via o setor de energia como um dos principais elos para o desenvolvimento do Brasil, com o intuito de levar o funcionamento normal para as produções da economia em diversas regiões do país. Em 1944, no centro da cidade de São Paulo, a energia elétrica movia os bondinhos e, ao mesmo tempo, bois eram puxados por fazendeiros. A cidade apresentava imagens contraditórias, o urbano se misturava com o rural.

Segundo Bastos (2006), no setor de transportes, existiram vários projetos que estavam em processo de serem implantados: aumento da rede rodoviária, manutenção da estrada de ferro de Vitória a Minas, instalação elétrica da estrada de ferro Sorocabana, iluminação na estrada de ferro da central do Brasil, complementação da ligação entre Sul e Nordeste do Brasil e das instalações de usinas hidrelétricas e termoeletricas. O governo tentava melhorar os fornecimentos para equipar o Conselho Nacional de Petróleo, com a intenção de aumentar a exploração do produto pelas regiões da Bahia e em xisto em São Paulo.

Em 1943, durante o governo de Vargas no Estado Novo, o presidente investiu em importantes setores da economia: fábricas de alumínio, papel e celulose, vidro plano, motores e mecânica de avião e aço na usina em Volta Redonda. Outro importante marco para o governo Vargas, foi a criação da empresa companhia Vale do Rio Doce, que para a sua construção, teve que se submeter a investimentos externos, como as linhas de crédito dos bancos do

Estados Unidos, que favoreceu ao aumento das indústrias nacionais, conforme os dados da Gráfico 3.

GRÁFICO 2 - AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA BRASILEIRA (1930-1945).



Fonte: IPEADATA

Corsi (2012) comenta que a respeito da Comissão de Mobilização Econômica (CME) e do Setor da Produção Industrial o (SPI), estes articularam decisões importantes para o desenvolvimento da economia do país, por um viés de desenvolvimento nacional industrializante. Promoveram fortes investimentos, principalmente nos setores industriais das áreas da siderurgia e da metalúrgica, ampliando a produção em diversos campos. O governo também trabalhou para estimular a indústria química, os bens de borracha, a produção de sapatos, de roupas e estimular a compra de materiais de construção para impulsionar o setor da construção civil.

O entendimento básico de Vargas era o de manter os trabalhos produtivos e em armar a defesa nacional entre 1939 a 1943, mas, a partir desse último ano, o planejamento da economia tomou outros rumos: substituição por obras e equipamentos, abertura de fábricas de motores, mecânicas em geral e abertura de fábricas de siderurgia. A virada de página era intervir na economia para um desenvolvimento mais integrado e diversificado, de produção interna e sob condução do Estado. O objetivo era desenvolver a indústria brasileira, os transportes e o setor de energia.

O governo Varguista pensou em criar meios para adquirir financiamentos para os seus projetos nacionalizantes. Obteve empréstimos dos EUA para a construção da usina em Volta Redonda, com crédito para a sua construção de aproximadamente 45 milhões de dólares. O presidente Vargas, igualmente, financiou determinados projetos e fluxos de caixas de empresas nacionais, com a preocupação de agradar a burguesia nacional.

Houve um aumento no recolhimento dos impostos para eliminar o déficit público que os pequenos municípios e algumas prefeituras se encontravam. Mas, ainda em detrimento disto, o aparelho estadual de arrecadação não tinha o suficiente para liquidar sua dívida.

Para Bastos (2006), nos primeiros anos da Segunda Grande Guerra, Vargas não tinha uma ideia já formada sobre a questão do comércio internacional e nem da instrumentalização técnica cambial de substituições de importações, porém, no decorrer dos acontecimentos e acordos, o cenário político e econômico brasileiro começou a mudar, principalmente no que se refere à questão do controle das importações. A partir de 1945 foi assinada uma portaria interministerial de número 7, definido o controle e restrições das importações, com restrições somente para produtos dispensáveis.

Após esse período de guerra e do confronto internacional, as atuações dos liberais na vida política se tornaram mais evidentes, pois, cada vez mais, estavam ganhando espaço no campo das relações de poder e da vida econômica. Os descontentamentos populares já estavam mais claros, com paralisação dos trabalhadores nas fábricas e a situação de pobreza da população. Os comunistas aproveitaram dessa situação de crise e aumentaram sua atuação no cenário político brasileiro, estimulando movimentos de greves e de luta contra um Estado de regime autoritário que não resolvia os problemas mais próximos da população.

Nos anos finais do Estado Novo a economia brasileira sofreu com os aumentos nos níveis de preços. A inflação aumentava o descontentamento da população com o governo ao corroer os salários e diminuir o poder de compra das famílias. Parecia que Vargas estava direcionado mais interessado com a situação macroeconômica do país, do desenvolvimento nacional, do que com o cotidiano das famílias. Nesse sentido, considerando o cenário exposto, se

compreende a importância do papel das instituições autoritárias, repressivas e censoras do regime do Estado Novo varguista.

Por outro lado, surgiram instrumentos econômicos para sanar esses resultados desastrosos com a inflação, que levou Vargas a pensar em reuniões, debates e congressos. Dentro dos debates, surgiram diversas sugestões como forma de Instrumentos técnicos da economia, como, por exemplo: políticas monetárias mais restritivas, valorização do câmbio brasileiro, aumento dos impostos e diminuição da linha de créditos

Vargas tentou se manter no poder e buscou uma base de apoio para as novas eleições, procurando respaldo no apoio popular e demonstrando seus interesses nos assuntos nacionais, na industrialização e na defesa dos direitos trabalhistas. Vargas tentou colocar a culpa nos empresários sobre o cenário inflacionário no país, mas a oposição estava intencionada a destruir a imagem do presidente, com a promulgação da Lei Malaia, promulgada em junho de 1945:

A “Lei Malaia” estabelecia medidas para impedir a formação de cartéis e trustes, ou qualquer outra forma de manipulação de preços. Para operacionalizar essas medidas foi criada a comissão administrativa de defesa econômica (CADE), cujas atribuições eram as seguintes. Intervir nas empresas envolvidas em atos considerados contrários à economia nacional, podendo inclusive desapropriá-las a fusão, a incorporação e a dissolução de empresas de vários setores (indústrias bélicas, básicas, editoriais, de rádio e de teledifusão) dependiam de prévia autorização da CADE. Essas empresas, quando organizadas, na forma de sociedades anônimas, teriam, além disso, seu capital dividido em ações normativas. (CORSI, 2000).

4. A BATALHA DA BORRACHA (1943-1945)

No ano de 1943, o presidente brasileiro Getúlio Vargas assinou o acordo de Washington com o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt. Dentro desse acordo, o Brasil ficava responsável em coletar a matéria prima (látex ou borracha natural) para as indústrias americanas. O fornecimento da matéria prima das Malásia fora vedado com a invasão japonesa na região. Sem a matéria prima, os aliados teriam grande chance de perder a guerra.

Em 1939, o Brasil vendia para Alemanha café e algodão, ao passo que comprava armamentos de primeira e de segunda linha. Vargas tinha uma certa proximidade com países de regimes autoritário, mas, devido à pressão política dos Estados Unidos sobre o Brasil em 1941, Vargas alinhou seus interesses políticos e econômicos com os mesmos.

Para Araújo e Neves (2015), a atuação de neutralidade de Getúlio Vargas somente se mantém até a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra em 1941. Como resultado, o Brasil deixa de realizar relações comerciais e políticas com a Alemanha e com os países do Eixo. Depois deste ocorrido, vários navios brasileiros que estavam atracados nas costas dos países envolvidos na guerra, começaram a receber ataques pelos navios e submarinos italianos e alemães. Com diversas mortes e protestos, Getúlio Vargas declara em 1942 guerra contra os países do Eixo.

Era o início de uma cooperação com os países aliados. O Brasil, nesse contexto, tendeu a entrar num processo de recessão em sua economia (diminuição da oferta de gasolina, blecautes, sirenes acionadas e movimentação dos soldados da FEB). Alguns militares estadunidenses ficaram instalados nas bases dos militares brasileiras, nas regiões do Nordeste e do Norte, para verificar e patrulhar os possíveis ataques sobre a força militar brasileira. Com todos esses acontecimentos, o Brasil importava também, algumas características populares da cultura dos Estados Unidos, como a popularização da Coca-Cola, os filmes de Hollywood e alguns estilos musicais daquele tempo.

Os Aliados, quando se instalaram nas regiões do país, viram que era importante sua permanência, pois achavam que era estratégico ficar situados no Norte e Nordeste, pois foi nestes lugares onde os ataques foram vistos e registrados. Principalmente no Rio Grande do Norte, por estar mais próximo da

Europa, onde ficou conhecido como o trampolim da vitória. O presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, em 1943, fez algumas visitas à essas bases instaladas na capital do Rio Grande do Norte, e passou a ter mais contato com Getúlio Vargas.

Segundo Araújo e Neves (2015) a partir de 1941 as transações comerciais se dirigiam principalmente com os americanos, sobretudo por meio de linhas de crédito para o Brasil voltadas a realização de investimentos: modernização do exército brasileiro, financiamentos para a criação da siderurgia nacional, fornecimento de matérias primas para as forças armadas, etc. Aquele momento era crucial para um melhoramento nos armamentos dos militares brasileiros.

O presidente norte americano tinha várias intenções diplomáticas com o Brasil, inclusive, entre as mais urgentes, a coleta da borracha na Amazônia. Os seringais ingleses na Ásia tinham sido invadidos pelos japoneses, nas regiões da Malásia e de Bornéu, cortando todo o suprimento de borracha natural para as indústrias de produção de bens e de armamentos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

De acordo com Araújo e Neves (2015), era necessário, por parte dos aliados, a realização dos acordos e das assinaturas como forma de reconhecimento das negociações bilaterais. Esse tratado foi chamado de acordo de Washington, no qual pleiteava os interesses dos americanos e de Getúlio Vargas.

Com a falta de borracha natural nas indústrias dos aliados, a produção teve que frear, tendo uma redução no nível de oferta de bens no mercado de compra e venda, inclusive havendo a suspensão da produção de automóveis e caminhões. Com a falta de matéria-prima nas indústrias automobilísticas americanas, foi acordado alguns limites de velocidades e de trajetos que os carros poderiam percorrer, para evitar necessidades de reparos.

Sem novas fontes, tinha-se como certo colapso civil e militar. Segundo previsões, em pouco tempo, cerca de 27 milhões de automóveis teriam abandonados no país por falta de pneus. Além disso, seria igualmente afetada, por exemplo, a produção de calçados, isolantes, peças para rádio e telefones. Vale lembrar que, embora os Estado Unidos corressem contra o tempo para encontrar o ponto certo do fabrico da borracha sintética, isso só viria acontecer após o fim da guerra, naquele tempo, essa matéria prima só viria a fabricação de brinquedos (ARIADNE ARAÚJO E MARCOS NEVES, 2015, p.28).

O ano de 1943 foi crucial para os americanos na campanha de procura da borracha natural. Nesse caminho, os Estados Unidos fizeram um anúncio para os seus cidadãos coletarem borracha para reciclagem. Todos os tipos de materiais que tinham borracha poderiam ser fornecidos para as centrais de reciclagem. Esses aproveitamentos seriam para a fabricação de pneus dos caminhões de guerra, bicicletas, carros, motocicletas e nos armamentos.

Com a consciência de existência da matéria-prima na Amazônia, parecia que a solução tinha sido resolvida, visto que a América do Sul era mais próxima dos Estados Unidos. A Amazônia era a maior produtora de borracha natural do mundo, um celeiro rico em matéria prima necessária para eliminar a escassez do produto, no qual poderia fazer com que os Aliados perdessem a guerra.

Para Sanches (2008), nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, a quantidade de seringueiras que existia na Amazônia brasileira era de aproximadamente 300 mil árvores de *Hevea brasilienses*, espalhadas em diversas regiões. Estas poderiam fornecer para os aliados uma possibilidade de cerca de 800 mil toneladas por ano. O Brasil já era conhecido por suas ofertas do látex por volta do século XIX no primeiro ciclo da borracha, porém, como os ingleses tiveram interesse de plantar a seringueira na região da Ásia, deixaram de lado a região Amazônica.

Logo, aqueles que participaram do primeiro ciclo da borracha no século XIX já estavam idosos, e grandes partes deles já tinham falecidos. Mesmo com todos esses percalços, a riqueza da borracha dos seringais da Amazônia deveria contribuir ao esforço da guerra.

De acordo com Figueredo (1997), foram realizados diversos planos para atrair jovens saudáveis e fortes para se inserir nesse objetivo de guerra. Os americanos pensaram em até levar para a região da Amazônia porto-riquenhos, mas essa ideia não foi muito bem aceita pelo governo de Vargas.

O presidente Vargas concebeu que os trabalhadores para o tal labor nas matas poderiam ser os nordestinos, que, naquele momento, passavam por flagelos da fome e da seca. Boa parte dessas pessoas que Getúlio pensou em recrutar eram do Ceará e, de lá, as campanhas poderiam se espalhar para o interior e os restantes do país. Depois dos cearenses, paraibanos, baianos, pernambucanos, potiguares, capixabas, cariocas e mineiros foram chamados.

Segundo Figueredo (1997), eles precisavam de jovens fortes que pudessem entrar na mata e realizar o serviço da coleta do “ouro branco”, como eles chamavam. Logo, foram realizadas diversas campanhas para selecionar pessoas que pudessem ser consideradas “soldados da borracha” e, ao mesmo tempo, divulgada a promessa de riqueza às famílias com “apelo da pátria” e “cota de sacrifícios” para com a nação brasileira, conforme a figura 1.

Figura 1 - Homens recrutados para trabalharem na extração de látex.



Fonte: Arquivo/SEMTA.

Pode-se dizer que durante dois anos foram feitas diversas campanhas para o alistamento e seleção dos novos trabalhadores na Amazônia. Esses trabalhadores foram chamados de “soldados da borracha” ou até, em determinadas vezes, de *Arigós*. Este termo se referia aos nordestinos sem muita instrução educacional, sem casa fixa ou até mesmo com pouco recursos, que em sua maioria, passavam por tempos tenebrosos da fome e da seca nas suas regiões.

Martinello (2017) menciona que o governo brasileiro criou a Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW), que teria o papel de instruir e ocupar os afazeres da “batalha” da borracha. A *Rubber Development Corporation* (RDC) tinha como função de pegar no porto o látex e comprar toda

a borracha que era plantada e vendida fora dos EUA. A *Rubber Development Corporation* (RDC) foi ganhando cada vez mais espaço na comercialização do látex na Amazônia, pois, logo obteve grande espaço, não somente para as trocas comerciais, mas para todos os meios que levassem o aumento da produção.

A *Rubber Development Corporation* (RDC) levaria alimentos e equipamentos para a região e para a base dos trabalhadores: equipamentos para construções de estaleiros, barcos, portos, aeroportos, estradas e até instalações de salas para captar rádios de frequências que serviriam para a comunicação e andamento das atividades.

Com a chave do cofre nas mãos, a poderosa RDC financiava copiosamente todos os outros órgãos coordenados pela comissão de controle dos acordos de Washington: o banco de crédito da borracha, o Departamento Nacional de Imigração (DNI), o Serviço Especial de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), a comissão Administrativa do encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (Caeta), o Serviço especial de Saúde Pública (Sesp), o serviço de navegação e administração dos portos do Pará (SNAPP) e a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (Sava). Como era de se esperar a convivência e o trabalho em conjunto desses vários órgãos foi temperada por discórdias e provocações entre funcionários brasileiros e americanos, o que complicou muito as várias etapas da campanha da borracha. (ARIADNE ARAÚJO E MARCOS NEVES, 2015, p.43).

Para o Serviço Especial de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), adotar o quartel general na capital do Nordeste, onde diversos problemas sociais e ambientais eram frequentes, seria a própria solução dos problemas enfrentados pelos nordestinos à mercê da pobreza e falta de trabalho. A instalação nesses quarteis ou “pousos” era para motivar o trabalhador a se inserir e se sentir como se fosse pertencente a um exército de trabalhadores, dentro de um âmbito coletivo de ação comum, patriotismo e, muitas vezes, com sentimento heroico.

No entanto, o quadro administrativo fora, na maioria das vezes, de médicos sanitaristas e engenheiros em torno do Serviço Especial de Trabalhadores para a Amazônia (Semta). Os funcionários de mobilização enfrentavam resistências com jovens que não queriam se dirigir para os quarteis para o trabalho, mas muitos deles foram forçados pelos agentes a cumprirem tal missão, se não, acabariam na Itália à mando do exército brasileiro.

Para Lima (2019), as seleções para o trabalho na floresta eram os típicos brasileiros miscigenados, aqueles misturados com brancos e índios, caboclos de

carne e osso, que não usavam charutos e sim cigarros baratos, que lutavam diariamente por seus sustentos, trazendo significados sociais e representações de seus espaços sociais. As mudanças econômicas e a ideia de progresso, rodeavam dentro da realidade dos anseios de uma elite modernizante, desejosa de imagens de refinamento, buscando no passado a ideia de um novo esplendor do progresso à *Belle Époque*.

As etapas de produção levariam o soldado da borracha a necessitar de disciplina para que pudessem trabalhar dentro da floresta da Amazônia, que tivesse força e dinamismo com o material, sua coleta da árvore, a defumação, o armazenamento e embarque. Esses homens tinham em mãos toda uma importância singular dentro de uma logística inserida em uma imensidão verde da Amazônia, que, no geral, era vista e considerada um ambiente despovoado de pessoas civilizadas, na visão dos mandatários, uma região que estava povoada de selvagens.

Segundo Lima (2019), para o Serviço Especial de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), o caboclo era interessante para o trabalho na região, onde qualquer outro grupo social não teria tal preparo. Mas, do ponto de vista de identificação e como inserção civilizatória, o caboclo era visto como um grupo que não levaria o desenvolvimento para a região e, por isso, era necessário fazer recrutamentos de outras regiões, com etnias diversificadas que poderiam contribuir com o trabalho.

Foi utilizado pela propaganda de Vargas, mais especificamente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um ideal de patriotismo e vislumbre do enriquecimento na coleta do látex. Os meios de comunicação de Vargas trabalharam constantemente para divulgar um sentimento de heroísmo, para quem fosse se deslocar para a região.

Os discursos de Vargas, durante o Estado Novo, apresentaram liderança e onipresença, tinha como intenção formar o sentimento de unicidade da nação e apoio aos aliados no conflito mundial. Os discursos autoritários de Vargas, porém, foram incapazes de resolver todos os problemas sociais vividos ao longo do seu mandato.

De acordo com Lima (2019), após os acordos de Washington declarados em março de 1942, Getúlio Vargas criou, por meio do decreto-lei nº 4750, a coordenação de mobilização econômica, cujo coordenador seria o ministro João

Alberto Lins de Barros, publicado no diário oficial da União, na seção 1 – 28/09/1942, p.14.484, no qual teriam os principais objetivos:

Art. 3.º- Ao coordenador da mobilização Econômica, como delegado do presidente da república, competem, em geral, as atribuições de coordenação indispensáveis para:

I – Orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgente;

II – Controlar, através da carteira de exportações e importações de matérias-primas, produtos semimanufaturados e manufaturados, atendendo as conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral;

III – Coordenar os transportes no território nacional e para o exterior;

IV – Planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia;

V – Intervir no mercado do trabalho, determinando a utilização de mão de obra, no tempo e lugar próprios.

Mulheres e homens eram recrutados para o trabalho nos seringais. O que importava naquele momento era a quantidade de látex defumada organizada dentro dos barcos nos portos de Belém e Manaus para o envio aos Estados Unidos.

Os órgãos do governo foram responsáveis em fornecer os apoios necessários para o deslocamento e do assentamento das pessoas em um quartel general, chamados de “pousos”, para o qual eram treinados e submetidos a um intenso treinamento militarizado, com o objetivo de seguir ordens de seus superiores. A vida desses soldados no quarteis foi árdua, e em determinadas ocasiões, fugiam dos quarteis em busca de liberdade.

Dentro dos “pousos”, eram disciplinados com rígidas regras e punidos quando não obedeciam a seus superiores. A alimentação era basicamente folhas e verduras, para pessoas que já tinham costume de comer carne e farinha. Esses quarteis se assemelhavam a uma “prisão”, a campos de concentração, sem muros, mas com cercas vigiadas por soldados armados nos seus postos do lado de fora, e com vigias sem armas no interior.

Vale ressaltar, que os trabalhadores eram recrutados de suas casas, levados dentro de caminhões lotados e “organizados” um do lado do outro nas carrocerias de trás do caminhão. Eles se dirigiam até os quarteis, onde recebiam roupas, utensílios de higiene, alimentação e treinamento. Cortavam o cabelo e faziam a barba, assim como aparentavam os soldados que iam para a Itália, com

rotinas de exercícios físicos e ordens de serviço. Assim se produziu um novo sujeito, alinhado com a funcionalidade do poder.

Figura 2 - Exercícios Físicos no Pouso do Prado, Fortaleza, 1943.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz.

Para Lima (2019), o Estado Novo usou diversos instrumentos de propaganda para recrutar essas pessoas. Foram usados cartilhas, cartazes e discursos nas rádios, com o intuito de que a família pudesse cultivar um hectare de terra em seu envolto, animais que pudessem caçar e o uso da exploração da madeira produzidas pelos cortes das árvores da região.

Antes do percurso aos determinados “pousos”, os soldados da borracha eram assolados pela fome e seca na região, carregando os sonhos de suas famílias em enriquecer com promessas de campanhas do governo. As viagens eram em estradas de chão, o que provoca, às vezes algumas mortes durante essas locomoções, devido à queda do caminhão em barrancos ou por doenças que pegavam no percurso do caminho.

Para Araújo e Neves (2012), depois de treinados, alinhados e formados em soldados, eram enviados para os pontos de trabalhos dentro das diversas selvas da região amazônica, carregando consigo alguns instrumentos e ferramentas que possivelmente poderiam ajudar para a coleta do látex. Seus instrumentos eram: pá, facão, roupas, espingarda, vasilhas e cigarros. Mas vale lembrar que todos os pontos de coleta de trabalho, tinha um vigia do labor,

conhecido como proprietário do lote e do barracão. Esse barracão vendia vários produtos que interessavam aos trabalhadores, seja cigarros, feijão, arroz, munições e outros utensílios que ajudavam o soldado a ter um trabalho possível.

O barracão anotava tudo o que o soldado pegava para o seu mantimento, para um futuro pagamento, com a quantidade de borracha que obtinha na floresta. Mas, na maioria das vezes, o soldado não conseguia coletar uma grande quantidade de borracha, não tendo como pagar sua dívida junto com o barracão. Essa dívida se multiplicava e o soldado entrava numa roda sem saída, pois não tinha como saldar suas dívidas com a pequena quantidade de látex que conseguia tirar da árvore seringueira. Muitas das vezes, eles eram atacados por animais dentro da floresta, mortos com algum tipo de acidente de trabalho ou por animais ferozes, como ataques de onças e de cobras.

Segundo Lima (2019), o soldado da borracha tentou buscar sua autonomia financeira e sua liberdade, buscando outras alternativas de conseguir renda, como a extração de castanhas. O seringueiro abandonava o local de trabalho por falta de mantimento, presença de animais ferozes ou de não cumprir com a quantidade exata da coleta da borracha junto ao barracão.

São poucos os relatos dos seringueiros que conseguiram um bom saldo para pagar todas as suas dívidas com o barracão e ir embora para as suas antigas cidades. E dentro das cidades gastavam com bebidas, mulheres e festas. Algumas mulheres que não conseguiam saldar suas dívidas, vendiam seus corpos em troca do dinheiro dentro dos seringais e nas cidades. Algumas delas, se dirigiam para as cidades porque era lá onde se concentrava maior número de pessoas e concentração de renda.

Do ponto de vista do trabalho nos seringais, formou-se novas identidades sociais, com interesses, contradições, discórdias e proteções. Não são indivíduos abstratos ou indivíduos invisíveis, mas foram o motor da engrenagem para que a toda a cadeia produtiva funcionasse.

Com o fim da guerra em 1945, não foi visível a mudança concreta com relação as suas condições financeiras, permanecendo, de fato, de maneira semelhante à quando partiram para a coleta de látex na Amazônia. Quando a guerra terminou, ficaram ainda trabalhando dentro da selva, uma vez que não sabiam que o conflito tinha terminado. Ficaram trabalhando por mais tempo

coletando látex e ainda enviavam para o barracão, como se nada tivesse acontecido.

Mas nem todos saíram perdendo com essa empreitada, como é o caso daqueles que praticavam os financiamentos públicos, dos recursos públicos aos proprietários de terras, e para aqueles que o governo enviava recursos financeiros para o amparo aos trabalhadores.

De acordo Figueredo (1997), alguns soldados disseram que eles praticamente foram abandonados, deixados à mercê do nada, com o fim da guerra. O governo brasileiro não teve interesse de avisá-los, nem resgate enviaram para os doentes que estavam nos seringais.

Quando a guerra terminou em 1945, os soldados brasileiros que foram lutar na Itália voltaram com honrarias e privilégios, foram considerados heróis nacionais pelo Estado brasileiro. Enquanto os soldados da borracha nem se quer souberam que a guerra tinha terminado, ficaram à mercê de notícias vagas e das que vinham de boca em boca. Alguns soldados da borracha estavam endividados e não tinham para onde ir depois do fim da guerra que, apesar disso, permaneceram onde já estavam acostumados.

Segundo Araújo e Neves (2015), os pracinhas tiveram diversos benefícios com a participação da guerra na Itália, pois, “pela Lei nº 1.147, de 25 de junho de 1950”, os pracinhas poderiam gozar de: “financiamento em condições especiais para aquisição ou construção de moradia; doação de terrenos pela união e preferência de matrícula especial para seus filhos”. De acordo com Araújo e Neves (2015), nesse sentido, também a Constituição de 1967, no art. 178, garantia o direito assegurado ao funcionário público, sem qualquer prestação de provas, a promessa de aposentadoria integral com 25 anos de contribuição e remuneração de segundo tenente.

De 1945 a 1988 existe um vazio com relação ao reconhecimento da importância que tiveram os soldados da borracha. Somente em 1988, que a carta constitucional reconheceu os direitos desses trabalhadores, para receber uma pensão, em torno de dois salários mínimos, pelo serviço prestado ao país. E ainda para dificultar o recebimento da pensão por parte dos ex-soldados da borracha, já com idade avançada, o Ministério Público solicitou um documento comprobatório que provasse o recrutamento para tal, ou que trabalhou em prol do látex na Amazônia durante a guerra.

O exército brasileiro enviou para Itália 20.000 combatentes e, desses militares que foram combater o fascismo na Europa, parte deles morreram no *front* de batalha, aproximadamente 454 soldados. Já os 60.000 soldados da borracha, cerca da metade morreram nos seringais da Amazônia durante a guerra. Apesar de todo os esforços que os soldados da borracha tiveram para com o país e com o Estado Unidos, foram deixados e esquecidos dentro de suas cabanas nos seringais.

5. OS CORPOS DOS CONDENADOS

O trabalhador da borracha estava à mercê de uma economia administrada pelo Estado, tanto no que tange as amarras institucionais criadas para controlar r os trabalhadores, quanto para efetuar o recrutamento, treinamento e movimentação desses trabalhadores para as selvas da Amazônia. Quando Foucault analisa o sujeito, ele menciona a sujeição que o homem pode chegar num patamar de subjugação por meio das relações de poder, produzidos por discursos, uma ideia subjetivada ou por meio do uso da força do Estado.

Os nordestinos foram recrutados em 1943 para cumprirem com os objetivos do Estados Unidos, dada a sua escassez de borracha natural nas suas indústrias. Suas indústrias de carro, de pneus, de tanques de guerra e até mesmo de armamentos sofriam com sua falta. Seria uma matéria-prima muito importante para ganhar a guerra e que não estava com muitas reservas deste produto, devido a tomada das Malásia pelos japoneses.

Vargas assinou o acordo de Washington com o presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, em 10 de outubro de 1942, e, a partir do ano seguinte, Vargas deu início ao recrutamento dos nordestinos e os transformou em soldados, como aqueles que foram enviados para a Itália. Mas, para que os nordestinos pudessem realizar o trabalho dentro do esperado pelos órgãos do Estado, passavam por um processo de lavagem cerebral com os discursos internos dos seus superiores, e eram treinados, “produzidos” para obedecer ao trabalho que lhe fora submetido.

Foucault (1975) quando menciona sobre o corpo dos condenados, comenta que os instrumentos para o ato de violência e de controle dos sujeitos, antes dos séculos XVIII e XIX, eram mais palpáveis, pois tocavam os corpos, puniam com torturas e esquartejamentos, mas a intenção era afirmar que o poder estava com aquele que tocava o corpo. Por outro lado, durante esses séculos e posteriormente, surgiram novas formas de controle do sujeito, dentro de um novo cenário nas relações de poder. Criaram-se instituições e campos de controle, com o objetivo de torturar os corpos sem toca-los: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão, a interdição de domicílio, a deportação.

Podemos analisar que o soldado da borracha teve seu corpo produzido por um tratado econômico, uma vez que ele se manteve presente como um

instrumento dentro de um processo feito do corpo, parte de um projeto econômico dos Estados Unidos e do Brasil, e pelas promessas de enriquecimento com o trabalho, sofreram intervenção em suas mentalidades e privaram o de sua liberdade.

Privados de liberdades, não foi necessário o uso de qualquer força violenta para recrutar esses homens, mas foram inseridos dentro das normalidades institucionais por meio de discursos, e por uma arte de sentidos, para o bem da economia dos direitos suspensos.

Os nordestinos foram guiados pelos anúncios do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Vargas e pelos cartazes de recrutamento. Foram transformados em massa de manobra, para que a economia estadunidense saísse da crise de produção sem a matéria prima.

A arte foi usada para manipular subjetivamente o imagético das pessoas, de uma falsa realidade, de uma compreensão de um ideal. Diversas placas e cartazes foram criados pelo artista suíço Jean-Pierre Chabloz, que foi o responsável em desenhar as propagandas do SEMTA. Os cartazes foram espalhados pelas cidades para informar os nordestinos que seria vantajoso se locomover para a Amazônia. O Estado também decidiu usar a força em certas ocasiões para recrutar os jovens para Amazônia ou para lutar na Itália.

Mas podemos sem dúvida ressaltar esse tema geral de que, em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser colocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre o corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão. É certamente legítimo fazer uma história dos castigos com base nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas. (FOUCAULT, 1975, p. 29).

Os soldados como sujeitos, estão diretamente envolvidos num campo político, nas relações de poder, onde nessas relações são produzidos por um processo de investimento, de controle, e vigiado por meios de rituais de sinais da violência. Dentro deste investimento político em seus corpos, são relações construídas para o agir e de obediência recíproca, tudo com relação à sua utilidade econômica que passa por meio da força de sujeição.

Os nordestinos quando chegam nos “pousos”, passavam por uma bateria de exames médicos, logo eram tratados, para servirem nos campos de

treinamentos pesados pelos instrutores. Durante seu convívio no treinamento, eles começaram a entender o que significava obedecer a certas hierarquias superiores e para que serviria esse enquadramento para seu trabalho em coletar látex dentro das selvas. O Estado formou o soldado, unificou suas identidades, inseriu-os numa economia de relações de necessidades e articulou ideais.

Uma nova identidade foi produzida para esses trabalhadores, produzidos para o trabalho dentro dos seringais, numa economia de produção articulada pelos estadunidenses para que os mesmos pudessem sair da crise em decorrência da falta de matéria-prima. Eles pensavam que ficariam ricos e ganhariam muito dinheiro com essa nova empreitada. No entanto, visto que além dos discursos que o Estado promulgava da existência de criar um soldo, as relações entre as pessoas, ficaram incomunicáveis dentro de uma atmosfera de guerra, e o que interessava para os superiores hierárquicos seriam os ganhos financeiros com seus soldados “sedentos” por produzir.

O acordo era instrumentalizar os soldados, para que soubessem viver na selva e “lutar” pelo país, ser útil era a atmosfera que rondava o imaginário. Punições eram praticadas dentro dos quarteis e nos seringais, para aqueles que não obedeciam às ordens dos superiores; como nos casos de: infrações de insubordinação, desobediência, tentativa de fugir do local, roubos e agressões aos seus superiores.

As relações entre os soldados e seus dirigentes, estavam na base da justificativa do sentimento patriótico e da possibilidade de retornar para casa com um bom soldo. Mas, tais riquezas nunca foram alcançadas para a grande maioria que trabalharam arduamente nos seringais. Os soldados, quando já estavam dentro da selva, achavam que seria fácil cumprir com a coleta, mas os dirigentes e construtores da economia de produção souberam esquematizar sua organização de trabalho.

Os economistas do presidente Roosevelt planejaram uma forma de manter o soldado da borracha permanente dentro da Amazônia, sem que tivessem a tal riqueza prometida. Os soldados ficavam dentro de uma roda sem saída junto ao barracão, ficando endividado para estar sempre comprometidos em coletar o látex da árvore e tentar saldar suas dívidas. Quando esses soldados estavam ainda nos “pousos”, as realidades eram variadas:

Mesmo ao chegar aos locais de distribuição nos quartéis, onde seriam escolhidos pelos patrões, nem todos os soldados da borracha submeteram-se a ir para os seringais, sendo de supor que não aceitariam de forma passiva os termos e determinações estatais, ou podem ter se recusado também a aceitar as imposições dos seringalistas e do sistema de aviação que ainda imperavam nos seringais. (LIMA, 2019, p.110).

Para aqueles soldados já treinados, controlados, seguiam para seus destinos de trabalho, e ao mesmo tempo, quando chegavam nos seringais, conviviam com pessoas que já moravam nessas regiões, se misturavam, formavam famílias com essas pessoas e gerando culturas diversas.

Os trabalhos eram intensos e ficavam horas e horas dentro da selva coletando o látex para depois ser defumado e transformado em borracha. Se acomodavam dentro de uma barraca de palha e com folhas das florestas, trabalhavam até mesmo sem descanso do dia anterior. Na maior parte das vezes, não tinham sucesso na coleta, e partiam para outras seringueiras mais distantes, onde se deparavam com animais ferozes da floresta. Sofriam com picadas de cobras, ataques de onças e outros acidentes com o trabalho.

Lima (2019) alega que o seringueiro por muito tempo precisou ser controlado e vigiado pelos patrões para que se mantivesse no local de trabalho coletando o látex até a fadiga de seu corpo. O imaginário do soldado da borracha, com o meio ambiente, passou a ser aquele que guardaria a floresta das más atividades predatórias, das proteções e respeito dos índios que de vez em quando conviviam, um tipo de guardião da floresta.

Dentro de todo o processo de recrutamento, do treinamento, e do envio deste soldado da borracha para os locais de seringais, foi preciso produzi-lo, molda-lo para a economia da borracha. O processo foi articulado com os aparelhos de administração estatal e com a instituição americana, *Rubber Development Corporation* (RDC). Dentro desses esquemas, a ideia era controlar o seringueiro, transforma-los em corpos dóceis e obedientes. Sujeita-los a obedecer a todas as ordens dos superiores hierárquicos e estarem alinhados com os sentimentos da pátria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e com a volta dos campos de produções de borracha nas Malásia, com a saída dos japoneses da região, os estadunidenses perderam o interesse pela região da Amazônia na

produção da borracha natural. Muitos dos instrumentos e equipamentos utilizados pelos americanos foram deixados e abandonados no meio da floresta. Muitos dos soldados ficaram endividados e os arrendatários das terras entregaram para os bancos como forma de hipoteca.

Os seringueiros passaram a se chocar com as agressões promovidas pelos paulistas, não só as agressões físicas para a expulsão dos posseiros e dos ocupantes tradicionais das propriedades adquiridas, mas também para com a natureza. A ausência da floresta, de roças, de água, enfim, do mundo a qual estavam habituados, causavam espanto aos seringueiros. (LIMA, 2019, p. 169).

Uma minoria insignificante de soldados da borracha conseguiu ganhar um bom dinheiro e voltar para as suas terras, diferentemente da maioria dos seringueiros que permaneceram no local e criaram suas famílias na região. Resultados das manipulações e sujeições do poder. Era dentro dessas relações de poder que seus corpos perderam autonomia e a identidade originária, mas ao longo das décadas, se transformou em outras formas de identidades.

Seus corpos foram instrumentalizados para o labor do látex, massacrados como massa de manobra, para uma economia política das relações e de interesses. Transformados em teoria econômica da utilidade, onde a possibilidade da cadeia de produção era sua própria existência.

6. CONSIDERAÇÃO FINAIS

A teoria de vigiar e punir de Michel Foucault (1975) dos corpos dos condenados, serviu de base para um fato histórico que ocorreu na Amazônia, durante o Estado Novo de Vargas de 1943 a 1945. A teoria serviu para refletir sobre o papel dos soldados da borracha na produção do látex na Amazônia. Moldados pelo Estado em nome de uma economia dos direitos suspensos.

O filósofo analisou as novas formações de instituições que surgiram para punir os corpos, sem ao mesmo tempo toca-los. Essas instituições serviam e ainda até hoje servem para produzir uma organização de moldagem, de modificação e alinhamento aos interesses do poder. As novas transformações que surgiram no século XVIII e XIX, surgiram novas economias produtivas de novas tecnologias, e nela, houve toda uma inserção atmosférica da necessidade do controle dos agentes envolvidos.

Dentro deste processo de envolvimento dos agentes produtivos e de suas relações recíprocas com o poder, os soldados sentiram seus corpos sendo dilacerados pelas instituições. Foram recrutados, treinados e, ao mesmo tempo, ludibriados pelo poder do Estado. E com fim da guerra, nem mesmo souberam que ela tinha terminado, deixados e esquecidos para dentro de seus campos de batalhas.

Criou-se uma estrutura de produção que estivessem alinhados com as necessidades de demanda da economia dos Estados Unidos, através do acordo de Washington, entre os presidentes Roosevelt e Getúlio Vargas em 1942. Vargas divulgou sua propaganda de Estado e discursou que as atuações desses homens e mulheres seriam em nome do patriotismo e amor ao Brasil.

Sentimento de utilidade para a nação, seriam importantes para a economia do país. Explorariam e levariam o desenvolvimento para a região, onde não havia muitas habitações.

A economia brasileira durante o Estado Novo, o Estado foi o principal ator sistemático para a produção econômica e das infraestruturas do país e consideravelmente deu continuidade ao processo de industrialização do Brasil, desde 1930. A base da economia seria o das substituições das importações, valorizou mais as produções nacionais do que as internacionais, com uma

grande quantidade de investimentos no setor da indústria de capitais privados e do papel da elite econômica brasileira.

O modelo econômico que Vargas adotou, foi por meios de orientação de países nazifascistas, como a Alemanha e a Itália, mas sem a retirada da ideia de propriedade privada. Eram perceptíveis os ideários que Vargas tinha com o fascismo Italiano, no seu quesito de desenvolvimento pela mão do Estado e de suas atuações de intervenção na vida social, das organizações e controles dos sindicatos e perseguições.

Vargas implantou diversos órgãos de ramos econômicos para o desenvolvimento do país, como: Comissão de Planejamento Econômico em 1944, Conselho Nacional de Petróleo de 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1938, Instituto do Café, do Alcool e do Açúcar em 1937. Tinha como interesse em estimular a industrialização nacional. Somou-se a grandes investimentos em empresas estatais: Siderurgia de Volta Redonda no RJ, 1940, Companhia Vale do Rio Doce em 1942, fábrica nacional de motores em 1943 no RJ e a Hidrelétrica de São Francisco em 1945.

Esses setores receberiam investimos diretos do Estado, que ao mesmo tempo, eram motivados pelas linhas de créditos dos bancos dos Estados Unidos. Não seriam suficientes todos esses investimentos advindos somente das elites econômicas nacionais, mas, o Estado teria esse financiamento para promover a produção de bens nacionais. O governo Vargas de 1937 a 1945, teve como política econômica, na consolidação de crescimento, pelo viés da industrialização e de intervenção Estatal, de modernização conservadora, com uma matriz de autoritarismo e fascismo.

Mas se faz necessário lembrar que nem tudo na economia brasileira, nesse tempo, se deu a resultados positivos, e é de suma importância de citar a questão do processo inflacionário que o país vivia. Vale mencionar que Corsi (2000) se referiu que a inflação, durante o governo de Vargas a partir de 1943, apresentava altos índices e atrapalhou no custo de vida da sociedade.

Mas houve diversas formas de combate para conter a inflação: ajustes no câmbio para a sua desvalorização e foco nas exportações, enxugar as linhas de créditos, compra de títulos públicos e aumento dos impostos. Como também, controlar os preços que os empresários praticavam pela regulamentação da lei Malaia, como forma de impedir e combater os carteis e trustes. Os acordos

bilaterais com os EUA, um excessivo aumento de moeda no mercado nacional, possibilitando a elevação dos preços dos produtos. Os monetaristas acreditavam que seria necessário conter a inflação por meio das compras de títulos do governo.

Segundo Bastos e Moura (2022), o governo de Vargas aceitou o acordo de Washington, com intuito de mudar o cenário de retrocesso da região Amazônica e, ao mesmo tempo, para mudar a situação da economia brasileira na qual se encontrava, com déficits orçamentários e baixos índices na balança comercial. E a matéria prima da borracha, tornou-se, assim, necessária para as indústrias americanas, associada ao mesmo tempo, aos avanços nas tecnologias.

Essa transformação do seringueiro num soldado, foi reconhecido em lei e pelo Estado. Em 1943, criou-se o Decreto-Lei nº 5.225, transformando os trabalhadores seringueiros em militares, com o objetivo de despertar o sentimento de luta e patriotismo.

Os nordestinos foram induzidos a pensar que, com a realização de seus trabalhos, pudessem enriquecer facilmente, mas isso não foi possível. Os americanos pensaram num método de produção que os trabalhadores pudessem trabalhar sem que o enriquecimento e ganho econômicos não fossem possíveis. Eles criaram uma forma de deixar os seringueiros numa roda sem saída, fazendo com que os seus mantimentos estivessem ligados aos barracões, onde forneciam os mantimentos e alguns equipamentos.

A instrumentalização dos corpos fora visivelmente produzida nos soldados da borracha. Foram produzidos para serem dóceis e que seguissem as ordens para o trabalho com uma promessa de obter riqueza. Foram deixados e esquecidos na floresta, sem saber o que realmente estava acontecendo.

7. REFERÊNCIAS

ARIADNE ARAÚJO, MARCOS NEVES: **Soldados da Borracha: Os heróis esquecidos**. Editora Escrituras, São Paulo. Ed.1º. 2015.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943 - 1946, 3v

CORRÊA MIRANDA, Luiz. **A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial**. Série Euclides da Cunha volume XIII, Manaus de 1967.

CORSI, Francisco L. **Os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo (1942- 1945)**. Dissertação de mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1991.

CORSI, Francisco L. **Inflação e crescimento econômico: uma análise da política de Vargas ao final do estado novo**. Artigo apresentado no IX Congresso brasileiro de história econômica, UFPR 2011.

FIGUEREDO, Aldrim Moura. **No tempo dos seringais; O cotidiano e a sociedade da Borracha**. 2º ed- São Paulo, Saraiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, Vol. 1: A vontade de saber, Vol. 1: Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal. 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad.: Raquel Ramalhe. 42ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas**. 2.Ed. Editora Valer, Manaus, AM. 2019.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.

NEELEMEN, Gary, NEELEMEN, Rose. **Soldados da borracha: o exército esquecido que salvou a segunda guerra mundial**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2015.

SANCHES, Cleber. **Soldados da Borracha: O Batalhão dos esquecidos**. São Paulo: Ed. Queiroz, 2008.

SECRETO, M. V. **Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

WANDERLENE Barros; ANDERSON MOURA. **Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia**. Curitiba: Editora CRV. Ed. 1º 2022.